

## Declaração preliminar ao Conseil d'Établissement de 12 de Janeiro de 2026

Exma. Senhora Provisseure, Excelentíssimos Membros do Conseil d'Établissement,

Esta seção deveria tratar de orçamentos retificativos com consequências graves. Hoje, nós, representantes dos pais de alunos e representantes do pessoal docente e não docente, decidimos não participar neste conselho de estabelecimento.

Desde o verão de 2025, a AEFE encontra-se de joelhos, sob o impacto de uma "reforma" brutal imposta pelo seu ministério de tutela. Esta crise é-nos apresentada como uma fatalidade orçamental, afirmando que, sem esta reforma, a AEFE não sobreviverá.

Sem negar a imperiosa necessidade de sustentabilidade orçamental para um operador do Estado, questionamos esta apresentação. Ela oculta o desempenho excepcional da nossa rede: resultados de excelência, alunos realizados e motivados, funcionários dedicados e famílias cujo apego a este baluarte da diplomacia de influência é o motor financeiro e humano do sistema.

Esta realidade deve ser constantemente recordada, pois reflete também uma vontade profunda de cumprir as missões de serviço público no estrangeiro por parte de todas as equipas. Mas, hoje, esta vontade já não basta. Não nos enganemos: o subfinanciamento crónico do Estado, combinado com os objetivos do "CAP 2030", conduziu a Agência a este impasse.

Não serão as falsas soluções que nos são apresentadas hoje que recuperarão a Agência. Na melhor das hipóteses, permitirão aguentar alguns meses, mas as suas consequências serão, muitas vezes, irreversíveis.

O Estado organiza conscientemente o seu desinvestimento, transferindo até 50% dos encargos com as pensões civis para os estabelecimentos em gestão direta.

Este desinvestimento traduz-se numa dupla penalização imediata:

- **Para o pessoal:** congelamento de salários, eliminação de postos de trabalho, projetos abandonados e uma degradação das condições de trabalho que ameaçam diretamente a qualidade do ensino.
- **Para as famílias:** uma explosão das propinas que transforma o ensino francês num serviço de luxo, excluindo de facto inúmeras famílias e quebrando o princípio de solidariedade. O Estado parece considerar as famílias como "clientes cativos", obrigados a colmatar défices que não criaram para não interromper o percurso escolar dos seus filhos.

Aumentar as propinas para pagar pensões de funcionários do Estado é uma aberração política e uma injustiça social. É o equilíbrio e a diversidade da nossa rede que estão em risco.

É necessário salvar a AEFÉ e libertá-la dos cortes orçamentais. É uma vontade política que deve ser assumida. É sob esta condição que este formidável instrumento de diplomacia de influência poderá continuar as suas missões.

Porque nos recusamos a avalizar este simulacro de concertação, decidimos não marcar presença hoje. Ao impedir a realização deste conselho por falta de quórum, pretendemos enviar um sinal forte à Agência e ao Governo Francês: o ensino francês no estrangeiro não pode ser uma variável de ajustamento orçamental. Exigimos uma moratória sobre esta transferência das pensões civis.